

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

### 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

### 2 – RESOLUÇÃO

### 3 – ATAS

3.1 – 13ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

3.2 – 13ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Polícia Militar de Minas Gerais pelos 250 anos de sua fundação

3.3 – Comissões

### 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissões

### 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.272

Altera a Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso V do *caput* e o § 1º do art. 2º da Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação, e ficam acrescentados ao mesmo artigo os §§ 3º a 5º a seguir:

“Art. 2º – (...)

V – alarme sonoro a ser acionado pelo usuário do serviço em caso de emergência, monitorado por empresa de segurança, e alarme com sensor de movimento;

(...)

§ 1º – As instituições bancárias e financeiras disponibilizarão, sob demanda, para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e, em tempo real, quando solicitado pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus –, as imagens a que se refere o inciso III do *caput*, na forma de regulamento, observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

(...)

§ 3º – Excetuam-se do dever de instalar o dispositivo de segurança previsto no inciso I do *caput* as agências e os postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras em que não haja guarda de valores ou movimentação de dinheiro em espécie.

§ 4º – A exceção prevista no § 3º não dispensa o cumprimento das demais obrigações a que estão sujeitas as agências e os postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras, especialmente quanto ao disposto a seguir:

I – nas agências nas quais haja atendimento ao público e guarda ou movimentação de numerário ou valores, durante os horários de atendimento ao público, o sistema de segurança deverá contar com dois vigilantes, no mínimo, equipados com arma de fogo ou arma de menor potencial ofensivo e colete balístico;

II – nos postos de atendimento nos quais haja atendimento ao público e guarda ou movimentação de numerário ou valores, o sistema de segurança deverá contar com um vigilante, no mínimo, equipado com arma de fogo ou arma de menor potencial ofensivo.

§ 5º – As agências e os postos de atendimento a que se refere o § 3º deverão afixar, em local visível ao público, aviso informando que, em suas dependências, não há guarda de valores, movimentação de dinheiro ou realização de transferências eletrônicas de valores financeiros.”.

Art. 2º – O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.971, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – (...)

Parágrafo único – O trabalhador a que se refere o *caput* deverá usar colete à prova de balas de uso permitido, fornecido pela instituição bancária ou financeira ou pela empresa de vigilância, a ser substituído quando expirado seu prazo de validade.”.

Art. 3º – Ficam acrescentados à Lei nº 12.971, de 1998, os seguintes arts. 4º-A e 4º-B:

“Art. 4º-A – As instituições a que se refere o art. 1º afixarão, nos locais de prestação de serviços, sinalização tátil no piso para orientar o deslocamento seguro das pessoas com deficiência visual, o posicionamento adequado dessas pessoas para o uso de equipamentos ou serviços e seu acesso às demais dependências de uso público.

Parágrafo único – A sinalização tátil a que se refere o *caput* deverá atender às especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 4º-B – A administração pública poderá realizar, nos termos de regulamento, a concessão, a permissão, a cessão ou a autorização, onerosas ou não, de uso especial de espaços físicos localizados em bens imóveis pertencentes a seu patrimônio destinados à instalação das agências e dos postos de atendimento de que trata esta lei.

Parágrafo único – O disposto no *caput* se aplica, nos termos da lei, à administração direta e à administração indireta, inclusive a autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, concessionários e delegatários de serviços públicos, bem como a serviços notariais e registrais.”.

Art. 4º – A ementa da Lei nº 12.971, de 1998, passa a ser: “Torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras e dá outras providências.”.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, no que se refere ao disposto no art. 4º-A da Lei nº 12.971, de 1998, acrescentado pelo art. 3º desta lei, cento e oitenta dias após a data de publicação desta lei.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.273**

Institui o Dia Estadual de Defesa das Comunidades Terapêuticas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual de Defesa das Comunidades Terapêuticas, a ser comemorado anualmente no dia 3 de abril.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.274**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência – CIS-URG Oeste – o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência – CIS-URG Oeste – o imóvel com área de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), situado no Município de Divinópolis e registrado sob o nº 44.325, no Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Divinópolis.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao desenvolvimento de atividades de capacitação permanente dos profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – e da Rede de Urgência da Região Ampliada Oeste, bem como de outras redes de atenção à saúde.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.275**

Altera a Lei nº 20.622, de 15 de janeiro de 2013, que torna obrigatória a destinação preferencial de assentos para idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O *caput* do art. 1º da Lei nº 20.622, de 15 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – É obrigatória, nos cinemas, teatros, casas de espetáculo, instituições financeiras, auditórios, salas de conferência, estádios, ginásios e outros estabelecimentos de natureza similar, inclusive nas dependências de órgãos e entidades públicos em que houver disponibilidade de assentos, a destinação preferencial de, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos assentos disponíveis para:

- I – pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos;
- II – pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- III – gestante e lactante;
- IV – pessoa acompanhada por criança de colo;
- V – pessoa com doença grave ou com doença incapacitante ou limitante.”.

Art. 2º – A ementa da Lei nº 20.622, de 2013, passa a ser: “Dispõe sobre a destinação preferencial de assentos nos casos que menciona.”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.276**

Dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 1º do art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

§ 1º – As medidas a que se refere o inciso VIII do *caput* incluirão o incentivo à realização de sessões de cinema, abertas à participação do público em geral, adaptadas às características das pessoas com transtorno do espectro autista ou outras deficiências que acarretem hipersensibilidade sensorial ou dificuldades de comportamento ou de comunicação.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.277**

Acrescenta inciso e parágrafo ao art. 4º da Lei nº 24.482, de 4 de outubro de 2023, que institui a política estadual de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados ao art. 4º da Lei nº 24.482, de 4 de outubro de 2023, os seguintes inciso XI e § 3º:

“Art. 4º – (...)

XI – garantia de atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial ou em clínica especializada ou que requeira permanência prolongada em domicílio.

(...)

§ 3º – O atendimento de que trata o inciso XI do *caput* deve assegurar a continuidade dos estudos e favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades de aprendizagem e socioemocionais do aluno atendido, conforme suas características, nível de desenvolvimento e estado de saúde física e psicológica.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.278**

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as festas juninas e os grupos juninos mineiros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam reconhecidos como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, as festas juninas e os grupos juninos mineiros.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



## **RESOLUÇÃO**

### **RESOLUÇÃO Nº 5.639, DE 30 DE MAIO DE 2025**

Concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Mauro Luiz Campbell Marques.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica concedido a Mauro Luiz Campbell Marques o título de Cidadão Honorário do Estado, pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 30 de maio de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



## **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/5/2025**

### **Presidência do Deputado Tadeu Leite e Deputada Leninha**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2024, dos Projetos de Resolução nºs 71 e 72/2025, dos Projetos de Lei Complementar nºs 25/2023 e 56/2024 e dos Projetos de Lei nºs 3.633/2022, 222 e 1.890/2023, 2.650 e 3.106/2024, 3.338/2021 e 2.662/2024; aprovação – 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.433/2024; aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.366/2023; requerimentos da deputada Bella Gonçalves e do deputado Bruno Engler; votação do requerimento; aprovação; discurso do deputado Leandro Genaro; votação nominal do requerimento de adiamento de votação; rejeição; discursos do deputado Leandro Genaro, das deputadas Bella Gonçalves e Chiara Biondini, do deputado Carlos Henrique e da deputada Beatriz Cerqueira; Questão de Ordem; discursos dos deputados Bruno Engler, Alencar da Silveira Jr. e Duarte Bechir; Questão de Ordem; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição – Questão de Ordem – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74/2025; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 999/2015; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira – Registro de Presença – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.074/2019; apresentação do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; deferimento; leitura e votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emenda; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 463/2023; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.205/2024; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; Questão de Ordem; encaminhamento das emendas com o projeto à Comissão de Desenvolvimento Econômico – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.731/2025; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; deferimento; leitura da emenda; discurso do deputado Lucas Lasmar; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.258/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 – Questão de Ordem; discurso do deputado Bruno Engler – Declarações de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 74/2025 e dos Projetos de Lei nºs 2.433/2024, 3.731/2025, 1.017/2019, 434, 1.153, 1.188 e 1.383/2023 e 2.015/2024; aprovação – Encerramento.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz

Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Gil Pereira – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lincoln Drumond – Lohanna – Lucas Lasmár – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme.

### **Abertura**

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 10h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

– O deputado Lincoln Drumond, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **1ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

#### **Discussão e Votação de Pareceres**

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2024, dos Projetos de Resolução nºs 71 e 72/2025 (– À promulgação.), dos Projetos de Lei Complementar nºs 25/2023 e 56/2024 e dos Projetos de Lei nºs 3.633/2022, 222 e 1.890/2023, 2.650 e 3.106/2024, 3.338/2021 e 2.662/2024 (– À sanção.).

#### **2ª Fase**

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.433/2024, da deputada Ana Paula Siqueira, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as festas juninas e os grupos juninos mineiros. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” do deputado Duarte Bechir e da deputada Lud Falcão. Portanto, votaram “sim” 47 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)  
Ulysses Gomes (PT)  
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.366/2023, do deputado Leandro Genaro, que reconhece como de relevante interesse social as comunidades terapêuticas no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Prevenção e Combate às Drogas opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. Vem à Mesa requerimento da deputada Bella Gonçalves em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 1.366/2023.

Vem à Mesa requerimento do deputado Bruno Engler em que solicita a votação nominal do requerimento de adiamento de votação. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leandro Genaro.

O deputado Leandro Genaro – Sr. Presidente, peço aos deputados e às deputadas que votem pela derrubada desse requerimento.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o requerimento.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados; votaram “não” 33 deputados. Está rejeitado o requerimento.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)  
Andréia de Jesus (PT)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bella Gonçalves (PSOL)  
Betão (PT)  
Carol Caram (AVANTE)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lohanna (PV)  
Luizinho (PT)  
Marquinho Lemos (PT)  
Ricardo Campos (PT)  
Ulysses Gomes (PT)  
– Registraram “não”:  
Adriano Alvarenga (PP)  
Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Amanda Teixeira Dias (PL)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bosco (CIDADANIA)  
Bruno Engler (PL)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Chiara Biondini (PP)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Gil Pereira (PSD)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Hely Tarquínio (PV)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lud Falcão (PODE)  
Maria Clara Marra (PSDB)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leandro Genaro.

O deputado Leandro Genaro – Bom dia, presidente, deputadas e deputados. Serei breve no encaminhamento desse projeto. Quero falar um pouco da minha luta, desde 2015, quando iniciei o primeiro mandato nesta Casa, a favor do reconhecimento da importância dos trabalhos desenvolvidos pelas comunidades terapêuticas. Eu sou membro efetivo da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas nesta sessão legislativa e desde que eu cheguei aqui. Por meio de várias ações na atividade parlamentar, como a realização de audiências públicas, sempre procurei incentivar e auxiliar essas instituições para o fortalecimento e o acolhimento dos que necessitam de recuperação da dependência química. Como pastor – antes de ser parlamentar, sou pastor –, convivo, no dia a dia, com famílias, com mães que nos procuram desesperadas, sem saber o que fazer. Olhem, quero dizer que, se o governo ou qualquer projeto ligado, incentivado e até financiado pelo governo conseguir encher este Plenário e os arredores da Assembleia com pessoas que o governo recuperou, nós encheremos este Plenário, os arredores, o Bairro Santo Agostinho e por aí vai.

Estatísticas apontam, deputado Noraldino Júnior, que mais de 75% – mais de 75% – das pessoas encaminhadas a comunidades terapêuticas não retornam nunca mais às drogas. E vale lembrar que não se trata de um encaminhamento compulsório, ou seja, a pessoa vai se quiser, fica se quiser e vai embora se quiser. A Bíblia fala: “Pelo fruto, você conhece a árvore”. Então, se isso tem dado fruto, se tem dado resultado, nós temos que reconhecer o resultado. Muitos profissionais, usuários e instituições afirmam que a recuperação não é apenas clínica ou química. Ela também é emocional, social e muitas vezes espiritual. Por que incluir espiritualidade pode ajudar essas pessoas? Primeiro: espiritualidade dá sentido à vida. A espiritualidade oferece propósito e significado, algo fundamental para quem precisa reconstruir a própria história. Segundo: a espiritualidade acolhe sem julgar. Muitos espaços religiosos ou espirituais praticam escuta ativa, empatia e apoio contínuo, algo que pode complementar a abordagem médica. Terceiro: a espiritualidade fortalece emocionalmente. A fé, seja em Deus, seja no outro, seja em si mesmo, pode ser um recurso de resistência, esperança e motivação diária. Por fim, a espiritualidade ajuda a construir redes de apoio. Grupos espirituais e religiosos ajudam a reduzir o isolamento e fortalece vínculos e senso de pertencimento. Vale dizer que nem todas, mas a maioria das comunidades terapêuticas estão ligadas, sim, a igrejas, a movimentos religiosos, principalmente àqueles ligados à fé evangélica. Por fim, o trabalho das comunidades terapêuticas tem demonstrado, ao longo dos anos, o seu resultado. Por isso quero pedir o apoio dos colegas e encaminho o voto “sim” nesse projeto. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Leandro. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Presidente Tadeu, bom dia! E bom dia aos colegas deputados e às colegas deputadas desta Casa. Toda vez que vier um projeto sobre comunidades terapêuticas, eu me sinto na obrigação de vir aqui discutir ou, pelo menos, encaminhar a questão, uma vez que nós estamos lidando com um espaço de violação de direitos, tortura, trabalho análogo à escravidão, hoje livre de fiscalização, porque o Estado não faz o seu papel de fiscalizar.

Recentemente, o Fantástico soltou uma matéria sobre uma comunidade terapêutica em São Paulo – depois eu convido vocês para verem essa matéria. Nela são narradas histórias de assassinato, tortura e violência sexual cometidas não com uma ou duas,

mas com mais de dez mulheres de uma comunidade terapêutica no Estado de São Paulo. Queria eu que esse fosse um caso isolado, que a gente tivesse uma comunidade desviante entre várias outras comunidades virtuosas, que fossem espaços de fato de reestabelecimento de vínculos, como aqui o deputado que me antecedeu colocou. Infelizmente, não é o que mostram os relatórios das inspeções feitas pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Conselho Regional de Psicologia. Vistoriadas mais de cem comunidades terapêuticas no Estado, foram constatadas situações terríveis de espaços onde pessoas eram levadas, sim, de forma compulsória e permaneciam lá muitas vezes sendo obrigadas a fazer um trabalho análogo à escravidão. Em uma dessas comunidades terapêuticas, que ficava em Belo Horizonte – não vou detalhar quem são os donos de lá –, eu me lembro que, quando realizei uma inspeção em conjunto com a vigilância sanitária e conseguimos fechar esse espaço, comecei a receber ameaças de morte, ameaças diretas, deputada Leninha. E essas ameaças não eram dos declarados proprietários da comunidade terapêutica; eram ameaças do crime organizado. E aí fui descobrir o que estava por trás dessa comunidade terapêutica.

Na verdade, o crime organizado forçava e extorquia as famílias a manter os seus parentes nessas comunidades. Era assim: “Se ele ficar do lado de fora, ele vai ser assassinado, mas a senhora, que recebe um salário mínimo, pode pagar R\$2.000,00 ...” – sabe-se lá de onde – “... para manter o seu filho internado em uma comunidade terapêutica.” Na capital a gente pegou um relato como esse, questão que está sendo investigada até hoje. O que se dirá das comunidades terapêuticas que estão em vários outros locais e regiões de Minas Gerais mais longínquas da região metropolitana, como Esmeraldas, Betim e o Bairro Nacional, em Contagem, onde se concentra um grande número de comunidades terapêuticas?

Na Comissão de Direitos Humanos, nós temos recebido inúmeras denúncias sobre a existência dessas comunidades. E eu tenho certeza de que, se os deputados aqui atestam que essas comunidades são espaços de promoção de direitos, eles vão me ajudar a garantir que sejam espaços fiscalizados. Eu gostaria, então, que algum dos deputados me dissesse de quem hoje é a responsabilidade de fiscalização das comunidades terapêuticas: da Secretaria de Estado de Saúde, da Sejusp ou da Sedese? Porque o que eu tenho visto é que nenhum dos órgãos do Estado faz hoje a fiscalização das comunidades terapêuticas.

Eu tenho um projeto de lei, que está hoje na Comissão de Constituição e Justiça, e espero que ele possa avançar. É um projeto que vem criar regras de fiscalização das comunidades terapêuticas. Já que elas existem, precisam ser fiscalizadas, e as famílias precisam ter onde denunciar. Então a gente criou uma proposta de um disque denúncia para que o Estado possa ter um fluxo organizado para regular as comunidades terapêuticas e estabelecer um fluxo de acompanhamento para que esses espaços não continuem perpetuando violações de direitos. Eu acho que um projeto como esse deveria ser de interesse dos deputados desta Casa, que atestam e defendem as comunidades terapêuticas inclusive. Porque, se a gente tem comunidades que hoje estão queimando o filme de todas, como essa que eu vistoriei na região da Pampulha, em Belo Horizonte, a gente deveria conseguir fiscalizá-las e garantir que outros espaços – quem sabe existam – possam promover direitos.

Não é o caso que tem sido verificado pelas diferentes inspeções dos órgãos federais e estaduais que eu citei, mas deveria ser o caso aqui do Estado. Não são hoje espaços de promoção da saúde, não são reconhecidas pelo Sistema Único de Saúde, não estão sendo acompanhadas por um fluxo de fiscalização do Estado. Isso faz com que, dentro desses espaços, onde paredes altas vigoram, horrores aconteçam do lado de dentro sem que a sociedade conheça. É muito fácil para a sociedade prender aqueles que são considerados loucos e dependentes, quando deveria, na verdade, oferecer um tratamento de saúde. Essa é a história do nosso país. Essas pessoas já foram mortas, foram presas em manicômios e hoje são levadas de forma compulsória para comunidades terapêuticas. Onde não há fiscalização e acompanhamento do Estado o horror se estabelece.

Eu clamo a esta Casa, presidente, que a gente possa avançar com medidas de fiscalização, porque, se a gente está, através desta Casa, aprovando orçamento público para comunidades terapêuticas, se a gente está aqui criando o Dia da Comunidade Terapêutica, se a gente está dizendo que essas comunidades são de utilidade pública, o mínimo que a gente deve fazer, enquanto Casa Legislativa, é construir um fluxo organizado de fiscalização desses espaços. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Chiara Biondini.

A deputada Chiara Biondini – Bom dia, presidente, bom dia, colegas deputados. Desculpem-me ter que falar e atrasar a nossa votação, mas eu não poderia me calar perante uma das principais pautas do meu mandato e do mandato do deputado Eros Biondini. Só na nossa equipe, entre mim, o deputado Eros Biondini e o vereador Cláudio do Mundo Novo, temos mais de seis pessoas ex-dependentes químicas que passaram por comunidades terapêuticas e trabalham conosco.

Primeiramente a gente trabalha pela prevenção, depois pela recuperação e depois pela ressocialização. Então eu tenho certeza de que não há ninguém nesta Casa com mais domínio para falar desse assunto do que eu e o deputado Eros, na Câmara dos Deputados, porque temos, dentro do nosso gabinete, pessoas que estiveram em comunidades terapêuticas. Eu não sei de onde essa deputada está falando, por onde essa deputada está passando. Claro, em todo lugar, em qualquer situação, há pessoas e situações que às vezes nos decepcionam. Existem professores que às vezes cometem ações que nos decepcionam, e nós precisamos fiscalizar e demiti-los; existem empresários... Em todo lugar, há pessoas que nos envergonham, mas nós não podemos jamais generalizar. A quase totalidade das comunidades terapêuticas e daqueles que trabalham ali luta pelo que é mais importante: a vida dessas pessoas. Eu prego aqui e faço um convite à deputada que me antecedeu. Vamos ver quem enche mais galerias com pessoas que foram recuperadas das drogas.

Tenho um exemplo que quero deixar claro. Há uma menina, mãe de três filhos, casada. Essa mulher de classe média começou a usar drogas, foi morar na rua e já não tinha condições de sobreviver, estava muito magra. A mãe dela, então, entregou-a para o meu pai e disse: “Eros, para que ela possa morrer com dignidade...”. Essa mulher foi internada numa clínica de recuperação por nove meses, foi recuperada, ressocializada, trabalhou conosco e se tornou subsecretária de Políticas sobre Drogas do Estado de Minas Gerais. O casamento dela foi recuperado e, tendo a guarda dos seus filhos recuperada, hoje ela pode viver com eles. Como falar para uma mulher nessa situação que, com o fechamento das comunidades terapêuticas, ela corre o risco de perder a guarda dos filhos, o casamento e até mesmo a vida?

Um vereador de Pará de Minas, o Juninho, também estava nas drogas. Ele estava traficando; começou com maconha. Um dia passou a morar em uma comunidade terapêutica. Ele tem até tatuado, nas suas costas, o nome da sua comunidade terapêutica. Foi recuperado e hoje é vereador. E, assim como ele, a Érica, que, um dia, em um evento, a sua droga caiu no chão do banheiro. Ela então lambeu, junto com xixi, junto com a sujeira que estava no banheiro, a droga caída no chão. Foi internada em uma comunidade terapêutica, foi ressocializada e hoje trabalha no governo do Estado.

Esses são três exemplos diversos. Consigo encher galerias, galerias e galerias de pessoas que passaram pelas comunidades terapêuticas cujas vidas foram restauradas e ressignificadas. Nós precisamos rever essas pessoas que não têm visibilidade social. O que a esquerda tende a fazer, o que ela quer fazer é tratar essas pessoas como não indivíduos, mas isso é normal vindo de um grupo de uma parlamentar que defende bandido, que defende esturpador, que condena polícia e que “passa pano” para bandido.

Quero dizer que as comunidades terapêuticas são entidades sérias e são fiscalizadas. Digo isso porque eu ando por diversas cidades do nosso estado. A Sejusp, que hoje é o principal órgão responsável, faz a fiscalização, assim como a Saúde, com o secretário Fábio. Podem falar com ele. Quero reforçar: as comunidades terapêuticas são entidades sérias, que recuperam pessoas, que trazem dignidade para as pessoas, que recuperam vidas.

E falo novamente: se a deputada trazer mais pessoas que eu que foram recuperadas das drogas e que podem abraçá-la, deputada, para falar “graças ao seu mandato eu estou vivo ou a minha filha está viva”, a gente pode voltar ao diálogo, porque só entrei para a política porque diversas pessoas abraçaram meu pai e lhe falaram: “Só pelo seu mandato e pelas comunidades terapêuticas meu filho está vivo e fora das drogas”. Ficam aqui o meu repúdio à fala da deputada, o meu total apoio e a minha total admiração pelas comunidades terapêuticas.

O presidente – Obrigado, deputada Chiara. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Henrique.

O deputado Carlos Henrique – Serei bem breve, presidente. É impressionante como, neste país, há grupos que se esforçam, se dedicam, para ajudar as pessoas e há outros que tentam puxá-las para baixo. Na verdade, o que existe por trás de muitas discussões são formas de exploração dos mais vulneráveis. ONGs exploram os mais vulneráveis que moram nas ruas. ONGs exploram os mais vulneráveis usuários de drogas que vivem nas cracolândias; fazem isso e não entregam absolutamente nada. Pior ainda: há também o tráfico de drogas por trás dessa exploração de usuários de drogas.

As comunidades terapêuticas fazem um trabalho belíssimo. Tive a oportunidade de visitar várias delas, e todas as que visitei prestam um relevante serviço de recuperação dessas pessoas. E aí vêm com a discussão segundo a qual a ciência... Qual ciência? A ciência que também vai colocar, dentro do organismo dessas pessoas, drogas? Como serão tratadas essas pessoas? A recuperação delas envolve também trabalhos espirituais, e por que não dizer que o trabalho de diversas igrejas – católicas, evangélicas – tem efetivamente recuperado essas pessoas?

Essa situação é traumática para uma família. Mães e pais nos procuram desesperadamente. Procuram ajuda para internar os seus filhos, porque veem nesses ambientes uma solução para recuperá-los e devolvê-los à sociedade. Então, nós encaminhamos favoravelmente ao projeto de lei.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, bom dia. Também dou um bom-dia a todos os colegas deputados e deputadas. Vou dar um bom-dia para a turma do Sindágua, que está aqui, participando conosco. Isso é muito importante. Bom dia ao pessoal do Sindsema, que está aguardando o Plenário terminar, porque a gente vai ter uma audiência pública daqui a pouquinho.

Eu me inscrevi, presidente, porque fiquei lembrando o que aconteceu ontem, colegas, no Plenário. O deputado Roberto Andrade subiu à tribuna e fez a defesa de um projeto de lei. Usou os argumentos dele de forma muito respeitosa, respeitosa com as galerias que estavam aqui. O Sindicato dos Bancários estava aqui ontem. Ele foi muito respeitoso. Na sequência, eu subi à tribuna e defendi exatamente o oposto do deputado Roberto Andrade, porque eu discordava, portanto nós encaminhamos posicionamentos completamente diferentes. O deputado Roberto Andrade sabia o meu posicionamento. Em momento nenhum, eu tentei imputar a ele qualquer conduta desrespeitosa no debate de conteúdo. Ele agiu da mesma forma comigo. Ele ganhou, eu perdi, e a vida do Parlamento seguiu.

Eu só me inscrevi para encaminhar essa votação – eu já tenho uma opinião formada a respeito e pode pedir o art. 164 – porque acho completamente desnecessário o que a deputada Chiara fez agora. Para defender conteúdo, você não precisa atacar colega. Para defender as comunidades terapêuticas, não se precisa atacar a deputada Bella, tentando associá-la àquele discurso fácil e ridículo de “deputada que defende bandido”. Que desnecessário! Existe o dia seguinte, pessoal! Existe o dia seguinte! Nós somos 15 mulheres nesta Casa, 15 entre os 77 deputados. Não precisamos atacar a colega para defender o nosso ponto de vista: “A deputada Bella é defensora de bandidos”. Se conseguirmos debater dentro do conteúdo, do porquê de eu ser dessa posição ou do porquê de eu ter outra posição, nós vamos conseguir decidir no voto.

Eu só me inscrevi para dizer o quanto foi desnecessário esse comportamento, ao defender o encaminhamento de um projeto de lei – a deputada Bella defendeu contrariamente e a deputada Chiara defendeu a favor –, de ter que imputar à deputada Bella adjetivos pejorativos para argumentar sobre o porquê de comunidades terapêuticas serem importantes. Não é? Não se espera nada da deputada que defende bandidos? É isso mesmo que se espera da deputada que defende bandidos? Quão desnecessário foi esse processo! Aqui nós temos o dia seguinte e aqui nós convivemos e vamos continuar convivendo pelo menos até dezembro de 2026. Nós convivemos como uma bancada que precisa crescer, que precisa se ampliar.

O ambiente do Parlamento, como eu disse ontem, precisa ser um ambiente seguro para todas as mulheres parlamentares que estão nesta Casa, em toda a sua diversidade e posicionamentos. Então eu só vim aqui para dizer isso, para dizer o quanto é importante que a gente se fortaleça. Aliás, outro dia, nós tivemos uma votação sobre o veto do projeto do deputado Cristiano Silveira, e a

Bancada Feminina, na sua integralidade, ficou do lado das mulheres servidoras e vítimas de violência? Não! O que nós fizemos depois disso? Nada. É porque nós respeitamos as que votaram contra e as que votaram a favor do governo em uma disputa completamente desnecessária. Nós ainda respeitamos as que não vieram votar, porque nós sabemos que isso também é um instrumento. Nós respeitamos todas no seu posicionamento.

Sobre essa votação que, para algumas mulheres, foi uma votação muito cara, nós não fizemos nada para desmerecer o trabalho da outra colega ou para dizer: “Olhe, a culpa foi sua, porque, se fizemos as contas, nós mesmas, as mulheres, teríamos resolvido esse veto”. Mas nós não fizemos esse apontamento para desqualificar ou desmerecer o lugar parlamentar da colega. Então eu acho que é importante termos algumas lembranças dos nossos desafios enquanto Bancada Feminina nesta Casa, nas suas diversidades, nas suas pluralidades, nas suas divergências e nos seus antagonismos. Mas a gente não precisa, para defender um conteúdo de um projeto, cometer ataques como os ataques sofridos pela deputada Bella Gonçalves.

São as minhas considerações, presidente. No encaminhamento, votarei contrariamente. Vou seguir o encaminhamento da deputada Bella. Aliás, eu agradeço à deputada Bella. Vir à tribuna e fazer o debate que ela fez não é fácil, principalmente quando sabemos que, nas casas legislativas, há, sim, um entendimento favorável às comunidades terapêuticas. E quando nós ainda sabemos que majoritariamente a Casa Legislativa tem essa posição, isso não quer dizer que não tenhamos que fazer as discussões das pessoas que representamos, mesmo que, nesse caso e em muitos outros, sejamos minoria dentro do Parlamento.

Então eu quero agradecer à deputada Bella. A sua fala foi didática, trouxe experiências bem concretas no seu trabalho de fiscalização e nos apontou um projeto de lei que está na Casa e que pode tramitar e ser relevante para melhorar aquilo que os colegas que defendem, que são as comunidades terapêuticas. Então eu quero agradecer a você pela sua generosidade de ter compartilhado esse debate conosco. São as minhas considerações, presidente. Obrigada. Bom dia.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Nós sabemos que esse é um sobre o qual todos querem falar, e cada um tem a sua posição, o que é legítimo e faz parte da democracia, mas, obviamente, eu peço o bom senso do Plenário, pois nós temos ainda diversos projetos. O deputado Bruno Engler ainda vai utilizar a palavra, assim como o deputado Alencar, mas antes concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Cassio Soares.

### **Questão de Ordem**

O deputado Cassio Soares – Sr. Presidente, é exatamente nesse mesmo sentido que quero pedir a compreensão dos colegas, pois temos diversos projetos na pauta. É claro que a discussão é bem-vinda. É claro que todo posicionamento diverso e os contrapontos são bem-vindos, pois a democracia é nossa, mas quero pedir que talvez, ao final, possamos manifestar justificativas de voto a fim de avançarmos na pauta desta manhã, que é tão importante.

O presidente – Perfeito, deputado Cassio, líder do Bloco Minas em Frente. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Presidente, serei muito breve, até atendendo o pedido de V. Exa., para que possamos avançar na pauta e realizar a votação dos projetos. Eu só vim ao microfone neste momento para dizer que, no meu entender, não cabe aos colegas parlamentares fazer a fiscalização dos discursos de outros parlamentares. “Ah, porque faltou com respeito”. “Ah, porque isso, porque aquilo”. Ontem mesmo, quando boa parte desta Casa se solidarizou com a deputada Chiara, o que a gente viu de alguns parlamentares do Bloco Democracia e Luta foi uma relativização do tema, uma contextualização para se tentar diminuir a gravidade do fato. Ontem mesmo, a deputada cujo discurso está sendo discutido veio ao microfone desta Casa chamar a minha PEC, que dispõe sobre a defesa da vida e do nascituro, de “PEC do estupro”. Isso é respeitar o colega? Isso é respeitar o trabalho do colega? Então é muito legal pedirmos respeito, pedirmos as coisas, mas não praticarmos isso. Acho que as palavras comovem, mas o exemplo arrasta. Não é um problema dizer que há políticos que defendem bandidos. Há políticos que defendem bandidos, sim. E temos direito de apontar isso, temos direito de falar. E parece que há aqueles que querem manter as pessoas no vício, nas drogas, porque fazem palanque político em

cima da miséria alheia. E a gente sabe que as comunidades terapêuticas são ferramentas importantes de tratamento para quem tanto precisa. Então, como líder da Bancada do PL, coloco-me ao lado da deputada Chiara Biondini e ao lado do deputado Leandro Genaro. Então encaminho o voto “sim” no Projeto de Lei nº 1.366/2023.

O presidente – Obrigado, deputado Bruno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, faz muitos anos que a gente vem ajudando e reconhecendo o interesse social das comunidades terapêuticas. Eu estou aqui só para dar o meu testemunho de todas aquelas comunidades que ajudamos por meio de emendas parlamentares. Quero parabenizar o meu colega Leandro Genaro. Acho que este é um projeto que vai engrandecer o trabalho. E, se perguntarem o porquê do meu apoio, digo que é porque reconhecemos o trabalho das comunidades terapêuticas. Você está de parabéns, Genaro. Está de parabéns. Tenham certeza absoluta de que se trata de um trabalho feito com seriedade. Tenho condição de ajudar várias e várias comunidades. Em todas elas, vemos que há fiscalização, e o próprio usuário e a própria família as fiscalizam. Então o companheiro Leandro Genaro está de parabéns. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Alencar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Presidente, também serei muito rápido. Quero contribuir com a pauta que nós temos pela frente. Nos meus mandatos nesta Casa, confesso a V. Exa. e aos meus pares que aqui se aprende, aqui se planta, aqui se colhe. Esta é uma Casa plural, onde se aprende muito. Nas minhas andanças, nos municípios onde trabalho, nas minhas regiões, sempre procuro valorizar e atender às comunidades terapêuticas por entender que essas casas fazem o bem.

Meu companheiro de bancada, o deputado Leandro Genaro, por si só, como pessoa, é exemplo de vida e, como líder religioso, é respeitado em todo o Estado de Minas Gerais. Ele está propondo a seguinte matéria: “Reconhecer” – vejam bem os senhores – “como de interesse social as comunidades terapêuticas do Estado de Minas Gerais”. O projeto não está criando nenhuma lei, não está mudando o caminho, não está escrevendo um caminho novo. O projeto propõe reconhecer como de relevante interesse social as comunidades terapêuticas. Minha gente, por que ser contra o reconhecimento daquilo que existe, daquilo que funciona? Nós temos diferenças de posicionamento, de visão, mas não encontro caminhos que levem ao voto desfavorável nesse projeto; pelo contrário. Quero parabenizar o Leandro não só por ser companheiro de bancada, não só por ser do PSD, mas também pela brilhante posição de reconhecer aqueles que salvam vidas e devolvem a famílias pais, mães e filhos que um dia estavam desencaminhados.

Então, presidente, quero tão somente dizer aos nossos pares, pedir às senhoras e aos senhores deputados que, antes de darem o seu voto, reflitam sobre a necessidade de reconhecermos como de relevante interesse público algo que funciona e que muda a vida das pessoas. Pelo amor de Deus, vamos votar “sim” e acompanhar o deputado Leandro Genaro! Eu acompanho V. Exa. e, além do mais, parabenizo-o pela pauta e pela matéria que nos traz aqui. Parabéns, Leandro!

O presidente – Obrigado, deputado Duarte Bechir.

### Questão de Ordem

A deputada Amanda Teixeira Dias – Sr. Presidente e colegas deputados, ouvi aqui o discurso da deputada Beatriz e acho que é um discurso muito bonito, mas é uma pena que ele não se sustente na prática. É um discurso sobre a união das mulheres, da Bancada Feminina: “Somos 15; temos que nos unir”. Só que quantas vezes a deputada Beatriz já tentou e até conseguiu me calar dentro desta Casa porque o meu discurso não a agrada e é diferente do que ela pensa? Em comissão ela já não me concedeu o direito de fala que eu teria; em Plenário também já se mostrou incomodada com as minhas falas. Então o seu discurso não existe na prática. A pessoa fala uma coisa, mas não vive o que fala. Também por várias vezes ela desmereceu aqui o meu trabalho falando em “lacrção”. Portanto, deputada, eu queria convidá-la a viver o que a senhora discursa ali na tribuna. Muito obrigada.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Noraldino Júnior. Portanto, votaram “sim” 40 deputados; votaram “não” 5 deputados. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Lincoln Drumond (PL)

Lud Falcão (PODE)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Sargento Rodrigues (PL)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

– Registraram “não”:

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 7 deputados; votaram “não” 38 deputados, totalizando 45 votos. Está rejeitada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.366/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

– Registraram “sim”:

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Cristiano Silveira (PT)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

– Registraram “não”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Carol Caram (AVANTE)  
Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Chiara Biondini (PP)  
Coronel Henrique (PL)  
Delegada Sheila (PL)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Gil Pereira (PSD)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lud Falcão (PODE)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PRD)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

#### **Questão de Ordem**

O deputado Betão – Sr. Presidente, é só para justificar que preciso me ausentar para acompanhar, em nome da Assembleia Legislativa, as negociações que estão ocorrendo na Cemig entre o sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores sobre o plano de saúde.

O presidente – Está justificado, deputado Betão.

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74/2025, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Mauro Luiz Campbell Marques. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)  
Thiago Cota (PDT)  
Tito Torres (PSD)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 999/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Ulysses Gomes, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

### **Registro de Presença**

O presidente – A pedido do deputado Mauro Tramonte, gostaria de registrar a presença, nas galerias, do vereador Adão, presidente da Câmara de Igarapé; e do vereador Betão, também da mesma cidade. Sejam bem-vindos! A presidência registra, ainda, a presença do ex-deputado Jorge Ali no Plenário. Jorge, seja bem-vindo.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.074/2019, do deputado Noraldino Júnior, que reconhece a Associação de Cultura Luso-Brasileira de Juiz de Fora como de relevante interesse cultural do Estado. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa o Substitutivo nº 1, que foi publicado na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do deputado Noraldino Júnior, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetido a votação independentemente de parecer.

O deputado Sargento Rodrigues – Gostariamos que pudessem fazer a leitura do substitutivo.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à leitura do substitutivo.

O secretário (deputado Gustavo Santana) – (– Lê o Substitutivo nº 1, publicado na edição anterior.)

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Carlos Henrique e Roberto Andrade. Portanto, votaram “sim” 51 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.074/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Gil Pereira (PSD)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Tito Torres (PSD)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 463/2023, da deputada Marli Ribeiro, que altera a alínea “h” do inciso II da Lei nº 15.457, de 12/1/2005, que institui a Política Estadual de Desporto. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.205/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de laudo cautelar veicular na comercialização de veículos seminovos ou usados. A Comissão de

Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa as Emendas nºs 1 e 2, que foram publicadas na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão.

### Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Vou pedir a retirada do projeto, Sr. Presidente.

O presidente – Deputado Alencar, não é regimental o pedido de V. Exa., nós já temos aqui...

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Qualquer coisa, eu saio do Plenário também.

O presidente – Deputado Alencar, nós já temos aqui apresentadas emendas a esse projeto. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Professor Cleiton, que recebeu o nº 1, e uma do deputado Ulysses Gomes, que recebeu o nº 2, e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Desenvolvimento Econômico para parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.731/2025, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por intermédio do Poder Executivo, a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13/1/2025, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado João Magalhães, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente. Por gentileza, eu vou pedir que se faça a leitura da emenda.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à leitura da emenda.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 1, publicada na edição anterior.)

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Bom dia a todos; bom dia ao nosso presidente Tadeu Martins Leite; bom dia aos deputados e às deputadas presentes. Eu gostaria só de deixar registrado o meu agradecimento ao presidente da Assembleia, ao presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e também ao relator desse projeto tão importante, que vai trazer uma sobrevida ao Estado de Minas Gerais em relação à sua dívida. Também agradeço a aceitação da nossa emenda que cria um comitê interinstitucional para o acompanhamento do programa Propag até a sua vigência final de 30 anos. Aliás, nós vamos poder contar com cinco membros que farão parte desse comitê – membros efetivos do governo estadual, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Ministério Público. Eles terão três anos de mandato, não podendo ser reconduzidos ao cargos, nem receber remuneração referente a esse comitê.

O nosso objetivo é criar um mecanismo de transparência no caminhar desse projeto tão importante que é a solução da dívida do Estado de Minas Gerais. Então o que nós queremos é trazer transparência e, claro, apoio às instituições, às principais instituições do Estado, que vão poder contribuir e ter acesso direto aos documentos que estarão dentro do Propag.

Quero agradecer à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na pessoa do presidente Tadeu Martins Leite, porque esse projeto do Propag, presidente, só está aqui graças à sua liderança e também graças ao nosso senador Rodrigo Pacheco, que fez um

grande trabalho não só para Minas Gerais, mas também para todo o Brasil. Tenho certeza de que o Propag é uma solução saudável para os entes federados do Brasil e para Minas Gerais.

Quero ainda deixar registrado ao nosso presidente Tadeu Martins Leite que o governador Zema está sempre tentando pegar carona em tudo de bom que é nosso. Eles já querem pegar carona nas nossas emendas parlamentares. Lá vem o governador inaugurar cobertura de quadra em escola estadual por meio de emenda parlamentar e usar emenda parlamentar para investimentos em hemodiálise. O governo não tem nada para entregar e agora quer pegar carona no Propag. Daqui a pouco, na próxima reunião que o Tadeu vai ter com o governador, provavelmente ele vai pedir o imóvel da Assembleia para o abatimento da dívida. Então, presidente, a gente tem que ter cuidado com este governador, porque ele não está sabendo por onde anda Minas Gerais e ele nem tem um programa de Estado para Minas Gerais. Deixo isso registrado. Parabênizo o nosso presidente Tadeu Martins Leite e o nosso senador Rodrigo Pacheco.

O presidente – Obrigado, deputado Lucas Lasmar. A presidência pede atenção ao Plenário, aos deputados e às deputadas, pois vamos dar início à votação do projeto. Antes de colocar o projeto em votação, a presidência gostaria de fazer um breve relato sobre a discussão dele. Primeiro, agradeço a todos os 77 deputados e deputadas. Se hoje o Brasil tem a oportunidade de discutir o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, isso acontece, de certa forma, graças à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que se debruçou sobre ele à época da discussão do Regime de Recuperação Fiscal, construindo, depois, aquela alternativa.

Obviamente, é fundamental que sejamos gratos ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, mas também que sejamos gratos ao governador do Estado, Romeu Zema, ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional – Câmara e Senado. Mesmo com o movimento feito a partir desta Casa, não fossem os atores que eu acabei de mencionar, talvez nós não tivéssemos a oportunidade de iniciar o trabalho, o processo, a votação desse projeto, que é o primeiro de 14 projetos. Essa é uma discussão que ainda teremos ao longo dos próximos meses, entendendo suas dificuldades, pois obviamente é complexa.

É importante nós deixarmos claro que a Assembleia de Minas, obviamente, medeia os interesses do governo junto à população. Então, todos os projetos serão exaustivamente debatidos. Entendemos que nós temos, neste momento, uma oportunidade de sanar ou de amenizar um problema que se arrastou e que se arrasta pelos últimos 20 ou 25 anos no Estado de Minas Gerais.

Eu quero, antes de colocar o projeto em votação, agradecer a todos os atores, mas especialmente aos 77 deputados, que ajudaram desde o início e continuarão, obviamente, ajudando a construir este novo capítulo da história do Estado de Minas Gerais, no qual, se Deus quiser, conseguiremos dar um fim à discussão da dívida que assola o nosso estado. Se não resolvermos isso, daqui a 10 anos nós teremos uma dívida de R\$210.000.000.000,00. Então, acho que esta é a oportunidade que temos para fazer uma discussão com maturidade, com transparência, com a agilidade que o tempo nos impõe, sempre, especialmente, lembrando dos interesses dos 21 milhões de mineiros, ou seja, do nosso estado de Minas Gerais.

A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bella Gonçalves (PSOL)  
Betinho Pinto Coelho (PV)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bosco (CIDADANIA)  
Bruno Engler (PL)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Carol Caram (AVANTE)  
Cassio Soares (PSD)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Chiara Biondini (PP)  
Coronel Henrique (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegada Sheila (PL)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PRD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Gil Pereira (PSD)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Hely Tarquínio (PV)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Mauro Tramonte. Portanto, votaram “sim” 54 deputados; não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.731/2025 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)  
Adriano Alvarenga (PP)  
Amanda Teixeira Dias (PL)  
Andréia de Jesus (PT)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bella Gonçalves (PSOL)  
Betinho Pinto Coelho (PV)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bosco (CIDADANIA)  
Bruno Engler (PL)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Carol Caram (AVANTE)  
Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Chiara Biondini (PP)  
Coronel Henrique (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegada Sheila (PL)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PRD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Gil Pereira (PSD)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Hely Tarquínio (PV)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Baependi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 202/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Gil Pereira (PSD)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Hely Tarquínio (PV)  
João Magalhães (MDB)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.258/2023, do deputado Lucas Lasmar, que dispõe sobre a utilização de areia descartada de fundição. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Eduardo Azevedo (PL)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarquínio (PV)

João Magalhães (MDB)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)  
Ulysses Gomes (PT)  
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.258/2023 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)  
Adriano Alvarenga (PP)  
Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bosco (CIDADANIA)  
Bruno Engler (PL)  
Carol Caram (AVANTE)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Chiara Biondini (PP)  
Coronel Henrique (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PRD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Dr. Maurício (NOVO)

Eduardo Azevedo (PL)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Hely Tarquínio (PV)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lincoln Drumond (PL)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rafael Martins (PSD)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PRD)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

#### Questão de Ordem

A deputada Bella Gonçalves – Respeitando o pedido de V. Exa. e também do deputado Cassio Soares, eu não me manifestei no início desta reunião, mas queria comentar agora que é lamentável a forma como a deputada Chiara Biondini, que parece ter dificuldade de fazer um debate técnico sobre as fiscalizações de comunidades terapêuticas, optou por me atacar. Da mesma forma, ontem, depois do Plenário, o deputado Bruno Engler, na declaração de voto, fez um ataque pessoal a mim também na discussão sobre a PEC de autoria dele. Não ofendi o deputado Bruno Engler. Não o chamei de estuprador. Eu disse que a PEC que ele propõe favorece estupradores. E isso é verdade, porque o objetivo da criação da PEC do nascituro é impedir o aborto nos casos autorizados pela lei. O aborto legal no Brasil acontece, na sua maioria, em função de estupros. E 60% dos estupros no Brasil acontecem com meninas de até 13 anos de idade. Esse fato não pode ser ignorado. Quando a gente fala que uma legislação vem fragilizar o direito de meninas acessarem o aborto legal e seguro, essa legislação, sim, favorece o estuprador. Estou aqui, então, esclarecendo por que denominei a PEC de PEC do estuprador. Em momento algum, fiz qualquer tipo de ofensa pessoal aos seus signatários, como foram feitas ofensas pessoais a mim. Obrigada, presidenta.

O deputado Bruno Engler – Pela ordem, Sra. Presidente, conforme o art. 164.

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputada Bella. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Sra. Presidente, lamentavelmente, a deputada Bella mente agora, ao microfone da Assembleia, ao dizer que minha PEC favorece estuprador. Dizer que o legislador está fazendo proposição para favorecer estupradores é, sim, faltar com respeito, porque eu, diferentemente de certa turma aqui, não sou defensor de bandido. Li ontem o texto da PEC. Por que a deputada não lê o que está escrito? Minha PEC é para proteger o nascituro, para proteger o inocente, para proteger aquele que ainda não nasceu. Quando o então deputado Jair Bolsonaro propôs castração química para estupradores, por que o Psol ficou contra? Isso ninguém fala. Minha PEC não defende bandido, minha PEC não defende estuprador. Minha PEC defende os inocentes, aqueles que ainda não nasceram. Quem se presta a esse papel ridículo de defender bandido, de pedir direitos humanos para estupradores é a esquerda. Remédio para estuprador, para mim, vem em vários calibres, do 38 ao 7,62mm.

### Declarações de Voto

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, cara colega deputada Leninha, que nos preside neste momento. Caros colegas deputados, colegas deputadas, é com alegria que subo a esta tribuna para parabenizar toda esta Casa, em especial o nosso Bloco Democracia e Luta e a nossa Mesa, na pessoa do presidente Tadeu. Parabêniso mais ainda o nosso senador Rodrigo Pacheco, que teve a capacidade de construir a solução para o Brasil, para que nossos estados possam acertar de vez essas dívidas arbitrárias com a União. Em Minas Gerais, por mérito desta Casa, do Bloco Democracia e Luta, e com o apoio e a participação dos nossos colegas deputados e deputadas, podemos pautar a defesa de um Estado máximo e a defesa de que a água realmente não é mercadoria. Nós temos que valorizar os “copasianos”, temos que valorizar mais investimentos da Copasa. Temos que defender ainda mais o fortalecimento da Cemig como estatal que irá garantir a iluminação para todos os mineiros e mineiras deste estado, especialmente agora, quando o presidente Lula anuncia o Programa Luz para Todos para o cidadão de baixa renda. Os nossos beneficiários do Cadastro Único – CadÚnico – que consomem até 80kW/h por mês terão a sua conta de energia zerada, e os que consomem até 150kW/h por mês terão até 50% de desconto. É uma conquista para 60 milhões de brasileiros que sofrem com aquilo que não foi feito nos governos anteriores, após o golpe que impetraram contra a presidenta Dilma. Além disso, tenho a alegria, deputada Leninha e colegas deputadas e deputados, de ter participado da maior feira nacional do café, em Três Pontas, ao lado do nosso prefeito Luisinho, do nosso vice-prefeito Maycon, do nosso amigo Myller, presidente da câmara, do Alexandre, dos vereadores Maciel e Daniel, nosso grande amigo, e também da Maísa. Anunciaram R\$7.000.000.000,00 de investimentos do governo do presidente Lula para apoiar essa grande *commodity*, esse grande mercado que nós temos – o do café. No dia 24 de maio, comemoramos o Dia do Cafeicultor, o Dia Nacional do Café. O presidente Lula presenteou o povo brasileiro com R\$7.000.000.000,00 para ampliar a produção, a comercialização desse produto maravilhoso de que sou grande consumidor, que é o café brasileiro. Lá em Três Pontas, parabêniso também a nossa Prefeitura, por mais ainda, por ter criado a Rota do Café, que vai comemorar, além dessa grande iguaria, o café, um grande produto de *commodity*, os mercados de 51 municípios que fazem também ali a produção do café. Então as notícias são muito boas, porque, além de trazermos aqui hoje a proposta de não deixarmos o Estado sucatear a máquina pública, de não privatizar, de não leiloar os imóveis nos municípios, os quais deveriam ser doados para entidades sociais, creches, asilos, lar de idosos e prefeituras para fazerem obras, obras importantes na cidade, nós também demos um passo para discutir a fundo os 11 projetos protocolados aqui, que agora se tornaram 9. O nosso mandato continuará na defesa principalmente do serviço público de qualidade. Ontem também estivemos em Diamantina, numa grande conferência de assistência social, organizada pela nossa secretária Tamara Marques, que, ao lado do prefeito Geferson Burgarelli, o Paquito, tem feito um grande trabalho em cinco meses de governo. Podemos ver que os municípios estão sofrendo com a falta de investimento do Estado, através do Fundo Estadual de Assistência Social. Nós destinamos emenda ao orçamento do Estado para o Fundo Estadual de Assistência Social. Colocamos R\$300.000.000,00 no Feas para apoiar os municípios, combatendo, especialmente, a pobreza e a vulnerabilidade social. Diamantina deu um passo à frente criando o seu conselho municipal, criando uma política efetiva de promoção de igualdade social. Nós queremos que o FEM, o Fundo de Erradicação da Miséria, seja cumprido efetivamente com os R\$50.000.000,00, valor que foi combinado comigo, neste Plenário, para

que o Idene faça ações no Norte e no Nordeste do Estado. Por fim, queremos que a Sedese pare de fazer politicagem e coloque o dinheiro nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Tenho dito, presidenta.

O deputado Eduardo Azevedo – Obrigado, Sra. Presidenta. É um prazer estar aqui para declarar o meu voto. Hoje, dentro da Assembleia Legislativa de Minas, discordar é desrespeitar. Vocês viram que a gente apresentou uma defesa em favor das comunidades terapêuticas. Ontem nós aprovamos aqui o Dia Estadual das Comunidades Terapêuticas em 2º turno e hoje também aprovamos que elas sejam consideradas como de relevante interesse cultural do Estado, o que é mais do que válido, pelo excelente trabalho que elas fazem. Vou fazer uma pergunta para vocês. Fico sem entender as pessoas que se levantam contra as comunidades terapêuticas. Quais são as instituições ou associações, digamos assim, que mais ressocializam, que mais tiram pessoas do mundo das drogas e que mais restauram famílias do que as igrejas? É impressionante o trabalho social relevante que as igrejas fazem para o Estado de Minas Gerais. Isso não ocorre somente no Estado, mas também no Brasil afora. A gente tende a entender que, quando ocorre esse ataque leviano às comunidades terapêuticas, pode ser que exista um preconceito. Por quê? Porque grande parte das comunidades terapêuticas são ligadas às igrejas. Onde o trabalho do Estado é ineficiente por não conseguir contemplar 100% a sociedade na restauração de pessoas que estão com a vida dilacerada pelo tráfico e pelas drogas, as comunidades terapêuticas chegam e fazem, porque o Estado é ineficiente. A nossa função aqui é desenvolver políticas públicas para dar suporte às comunidades terapêuticas, para que, assim, elas possam desenvolver o seu trabalho. Quando a deputada Chiara discordou do posicionamento da deputada Bella Gonçalves, ela desrespeitou a deputada? De forma alguma. Aqui as opiniões divergem mesmo, e nós precisamos entender que, quando discordamos, não estamos desrespeitando. Fico sem entender isso, porque a pessoa que vem aqui falar contra a comunidade terapêutica com certeza nunca teve um filho, um irmão, um pai ou uma mãe que mexe no mundo das drogas. É óbvio que, quando falei aqui, ontem... Existem várias irregularidades em todos os setores, sejam nas comunidades terapêuticas, sejam no comércio, sejam na indústria, e essas irregularidades precisam ser apuradas. Mas usar uma irregularidade para perseguir uma comunidade terapêutica é inadmissível. A deputada Chiara deu um exemplo muito importante do vereador Juninho, de Pará de Minas. O vereador Juninho foi resgatado por um trabalho da comunidade terapêutica. Estou falando do vereador Juninho porque, além dele, existem outros que têm a vida realmente reestabelecida por meio desse trabalho. Desconheço, na sociedade, uma organização ou uma instituição que faça um trabalho de restauração ou de recuperação de pessoas que vai muito além do trabalho das igrejas, e as igrejas são ligadas realmente às comunidades terapêuticas. Isso nos leva a entender, no Plenário, que as comunidades terapêuticas hoje são atacadas. Será que isso acontece por que são instituições sérias, dirigidas por pessoas sérias e cristãs, que defendem princípios e valores inegociáveis? Porque hoje, nesta sociedade pós-moderna e contemporânea, defender princípios e resgatar vidas é, no mínimo, ultrapassado e antiquado. Isso me leva a entender que realmente essa turma do Psol quer, cada vez mais, espalhar o caos para depois chegar aqui com a narrativa de que ela é a solucionadora do problema e que ela conseguiu resolver tudo. Já imaginou se não existissem as comunidades terapêuticas? Imaginem a quantidade de pessoas que estaria imersa no mundo das drogas. Hoje já são muitas, mas, se elas não fizessem esse trabalho, como seria? Não consigo contemplar a hipocrisia, gente. A pessoa vem aqui, ataca e fala mal das comunidades terapêuticas, mas que políticas públicas ela está fazendo para resgatar essas pessoas que realmente estão nas drogas? Se você não quer que a comunidade terapêutica tenha um dia estadual para poder lembrar e lhe dar suporte por tudo o que faz, a sugestão que lhe dou é a seguinte: pegue essas pessoas que estão na cracolândia, que estão jogadas no mundo das drogas, e leve-as para sua casa. Mas nem essa coragem ela tem; só tem coragem de chegar aqui para atacar. É isso o que nos leva a entender. Ela está atacando por quê? Porque são instituições direcionadas, digamos assim, dirigidas, presididas por cristãos. Infelizmente, hoje ser cristão no mundo é sofrer perseguição. Mas isso não importa. A gente está aqui para levantar valores, princípios e restaurar as pessoas. Parabéns às comunidades terapêuticas pelo trabalho que fazem.

### **3ª Fase**

A presidenta – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

#### **Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final**

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 74/2025 (– À promulgação.) e dos Projetos de Lei nºs 2.433/2024, 3.731/2025, 1.017/2019, 434, 1.153, 1.188 e 1.383/2023 e 2.015/2024 (– À sanção.).

#### **Encerramento**

A presidenta – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/5/2025**

#### **Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Sargento Rodrigues – Palavras do Deputado Caporezzo – Entrega de Placa – Palavras do Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia – Palavras do Presidente – Encerramento.

#### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados:

Antonio Carlos Arantes – Bruno Engler – Caporezzo – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 19h12min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

#### **Atas**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

#### **Destinação da Reunião**

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear a Polícia Militar de Minas Gerais pelos 250 anos de sua fundação.

#### **Composição da Mesa**

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; defensor público Luís Ernesto da Silva Soares, representando a defensora pública-geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; Maj. Arthur Oliveira Barbosa, representante do comandante da 4ª Região Militar, Gen.-Div. Adriano Fructuoso da Costa; CF Roberto Alves, representando o capitão dos Portos de Minas Gerais, Comte. Alessandro de Paula Lima; a Exma. Sra. Cel. Jordana Daldegan, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Cel. Paulo Roberto Bermudes Rezende, chefe do Gabinete Militar do Governador e coordenador da Defesa Civil de Minas Gerais; vereador Sargento Jalyson, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Professor Juliano Lopes; desembargador Júlio César

Lorens, vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, representando o TRE de Minas Gerais; desembargador Jadir Silva, presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais; Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves, secretário de Estado de Casa Civil de Minas Gerais; Marcelo de Souza e Silva, presidente do Sebrae-MG e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL-BH; e deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### **Registro de Presença**

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do conselheiro Durval Ângelo Andrade, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; da Sra. Kristie Di Lascio, cônsul dos Estados Unidos em Belo Horizonte; do Sr. Rodrigo Otávio dos Anjos, grão-mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; do delegado de Polícia Marcelo Oliva Galizzi, assessor de Relações Institucionais da Polícia Civil de Minas Gerais; da Sra. Luciana Silva Melo, representando o reitor da Unimontes; do delegado Márcio Lobato, secretário municipal de Segurança de Belo Horizonte, representando o prefeito Álvaro Damião; e do Dr. José Carlos Serufo, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Registramos e agradecemos também a presença do Cel. Maurício José de Oliveira, subcomandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, em nome de quem agradecemos a presença de todos os oficiais e praças aqui presentes. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia, no YouTube.

### **Execução do Hino Nacional**

A locutora – Neste momento, convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo sexteto de cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre a Polícia Militar de Minas Gerais. Nele e no *banner* aqui disposto a Polícia Militar está lançando a logomarca comemorativa dos seus 250 anos. A frase de efeito que a Polícia Militar de Minas Gerais passa a adotar no ano em que completa 250 anos é a seguinte: “A força do povo mineiro. Presença que protege”. Tal *slogan* passa a ter maior identidade com a verdadeira missão da corporação, que é a de proteger as pessoas que nasceram ou optaram por residir nas terras onde o alferes Tiradentes determinou a liberdade de Minas e do Brasil. Vejamos o vídeo.

– Procede-se à exibição do vídeo.

### **Palavras do Deputado Sargento Rodrigues**

Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o ilustre deputado Tadeu Leite; Exmo. Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nosso homenageado; Exmo. Sr. Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Conselheiro Durval Ângelo Andrade, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Defensor Público Luís Ernesto da Silva Soares, representando a defensora pública-geral Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; Exmo. Sr. Maj. Arthur Oliveira Barbosa, representando o comandante da 4ª Região Militar, Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa; Exmo. Sr. CF Roberto Alves, representando o capitão dos Portos de Minas Gerais, Comte. Alessandro Lima; Exma. Sra. Cel. Jordana Daldegan, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Exmo. Sr. Cel. Paulo Roberto Bermudes Rezende, chefe do Gabinete Militar do Governador e coordenador estadual da Defesa Civil de Minas Gerais; Exmo. Sr. Vereador Sargento Jalyson, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Professor Juliano Lopes; Exmo. Sr. Desembargador Júlio César Lorens, vice-presidente e corregedor regional eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, representando o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Exmo. Sr. Desembargador Jadir Silva, presidente do Tribunal de Justiça Militar; Exmo.

Sr. Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves, secretário de Estado de Casa Civil de Minas Gerais; Exmo. Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente do Sebrae-MG e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte; senhores oficiais, senhores praças, senhoras e senhores, é com imensa honra e profundo orgulho que me dirijo a todos, neste momento, para reverenciar uma instituição que, ao longo de dois séculos e meio, construiu uma trajetória marcada pela bravura, pelo comprometimento e pela entrega incondicional ao povo mineiro: a nossa gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais.

Sua origem se deu no Distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto, no dia 9/6/1775, como Regimento Regular de Cavalaria de Minas. Desde então, a nossa Polícia Militar, uma das corporações mais antigas e respeitadas do País, tem sua história profundamente entrelaçada à construção de Minas Gerais e do Brasil.

Ao celebrarmos os 250 anos dessa grandiosa instituição, é nosso dever honrar a memória dos bravos militares que nos antecederam, homens e mulheres, que, com coragem inabalável, dedicaram suas vidas à missão de servir e proteger. Alguns cumpriram suas jornadas até o fim; outros tantos tombaram no cumprimento das missões a eles confiadas, mas todos, sem exceção, deixaram sua marca, sua contribuição, sua parte na construção heroica dessa muralha de proteção chamada Polícia Militar de Minas Gerais.

O passado de glória daqueles que se foram nos inspira e fortalece o presente. E é sobre esse legado que vocês, senhoras e senhores do efetivo atual, seguem construindo o futuro dessa instituição que não para de evoluir. Cada um de vocês é um guardião desse legado. Cada ação, cada gesto, cada serviço prestado, por mais simples que pareça, representa um novo tijolo na construção dessa imensa muralha que protege mais de vinte milhões de mineiros.

Quanto mais distante o município, quanto mais simples o cidadão, mais essencial se torna o papel de cada policial militar em garantir segurança, amparo e dignidade à população. Não importa se está servindo em Juvenília, no Extremo Norte, ou em Serra dos Aimorés, no Extremo Leste, em Carneirinho, no Pontal do Triângulo, ou em Extrema, no Sul, atue com justiça, equilíbrio e firmeza para que o cidadão sinta orgulho do seu trabalho e da nossa Polícia Militar. Nunca se esqueça: quem mais precisa do braço forte do poder público são os mais humildes.

A profissão policial é desafiadora, estressante e complexa – e sempre será –, mas é também uma das mais nobres e essenciais da sociedade. Seja qual for a unidade em que você atua, como na viatura básica, no Gepar, no Tático Móvel, na Rotam, no Choque, no Bope, na administração ou mesmo no destacamento de Formoso, a 880km de Belo Horizonte, o seu trabalho tem valor – e muito valor. Além disso, é parte de um esforço coletivo que sustenta a política de segurança pública do nosso estado. Estejam sempre preparados a qualquer momento. A profissão poderá exigir de vocês uma resposta rápida, firme e inteligente.

Aquela cidade pequena, bucólica, pode virar de cabeça para baixo, de uma hora para outra, quando atacada, por exemplo, pela nova modalidade criminosa, denominada “novo cangaço”. É a Polícia Militar que vai prevenir e reprimir a ação de quadrilhas fortemente armadas. É a mesma polícia que vai socorrer um cidadão picado por uma cobra na zona rural ou auxiliar uma mulher em trabalho de parto, seja na capital, seja no interior. É a mesma corporação à qual pertence a Sgt. Marcilaine do Carmo, que amamentou e conteve o choro de uma criança dentro de uma delegacia enquanto atendia a uma ocorrência da Lei Maria da Penha, cuja mãe, vítima, estava abalada emocionalmente.

Esse é o espírito da Polícia Militar de Minas Gerais: força com humanidade, firmeza com empatia. Com o trabalho dedicado de cada um dos senhores e das senhoras e com o legado deixado pelos nossos veteranos, a Polícia Militar de Minas Gerais se modernizou, enfrentou desafios e se tornou uma referência nacional no policiamento comunitário, na prevenção da criminalidade e na defesa dos direitos humanos. Ela está presente em 853 municípios e em mais de 150 distritos e, para milhões de cidadãos mineiros, representa segurança, estabilidade e confiança. Cada policial militar, ao vestir a farda, veste também a história, o sacrifício, a honra e o compromisso com a legalidade e o bem comum; além disso, carrega o peso de uma tradição bicentenária e o orgulho de pertencer a essa magnífica instituição.

Sim, senhoras e senhores, a Polícia Militar é patrimônio do povo mineiro. Que jamais nos falte inspiração para seguir o lema que tanto nos honra: “Nossa profissão, sua vida!”. É dessa instituição que falo; uma instituição que só se tornou grandiosa porque cada um dos senhores e cada uma das senhoras ofereceu seu tempo, seu suor, seu talento e, sobretudo, seu coração. Que cada um de vocês internalize o sentimento dessa nobre missão e saibam que, a cada ação bem realizada, mais um tijolo é colocado nessa construção, mais uma vida é impactada, mais um capítulo é escrito nessa linda e corajosa história iniciada pelo bravo alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Dois séculos e meio de dedicação ininterrupta ao povo mineiro e uma trajetória forjada no trabalho árduo, na persistência, no ideal coletivo de servir e proteger, de amparar e assistir, dia e noite, em todo o território mineiro. Não existe nada, absolutamente nada, que se compare a ela. Por isso, senhoras e senhores, praças e oficiais, tenham orgulho, muito orgulho de fazerem parte da melhor Polícia Militar do Brasil.

Sr. Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, ilustre colega, e Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar, Deus me permitiu estar aqui hoje como deputado estadual, exercendo o sétimo mandato consecutivo e sabendo que tive a honra de homenagear essa instituição outras três vezes pelos seus 225, 230, 240 anos. E hoje faço mais esta belíssima homenagem pelos seus 250 anos: “De iguais misteres/ com a mesma história/ Somos a glória/ Os descendentes/ Do bravo alferes/ O Tiradentes/ No sangue temos/ A nobre herança/ Toda a pujança/ Dos conjurados/ Fortes marchemos/ Eia, soldados!/ Os passos desses heróis/ São faróis/ Que segurança nos dão/ E razão/ Nós seguiremos/ E cada vez mais/ Paz queremos em Minas Gerais”. Muito Obrigado.

Eu queria aproveitar o momento para, de forma gentil e fraterna, pedir licença ao ilustre presidente para poder passar a palavra ao ilustre colega deputado Cb. Cristiano Caporezzo, da Polícia Militar de Minas Gerais.

#### **Palavras do Deputado Caporezzo**

Boa tarde, presidente; boa tarde a todos os presentes. Primeiramente, quero parabenizar o deputado Sargento Rodrigues. Sargento Rodrigues, aproveito para fazer um testemunho público: fui seu eleitor, quando soldado da Polícia Militar. Em momento nenhum, perdi o meu voto, muito pelo contrário. E, hoje, na condição de deputado estadual, eu sou testemunha de que o Sargento Rodrigues é um guerreiro na defesa da classe. E essa emoção que os senhores e as senhoras viram mostra o amor que ele tem dentro do coração pela polícia. Sargento Rodrigues, minha continência e meu respeito!

É motivo de muita felicidade e de muito orgulho, para mim, ser cabo da Polícia Militar. Eu sei que ser policial, na verdade, é exercer a profissão de herói, de combater o que existe de pior de escória criminosa em nossa sociedade e, muitas vezes, ganhar como recompensa a incompreensão. Nós somos os cães pastores do rebanho; protegemos as ovelhinhas da ação dos lobos, que são os criminosos, que são os bandidos, mas, muitas vezes, uma parte da sociedade olha para o lobo e para o policial e vê que, fisicamente, os dois se parecem. Um se parece um pouco com o outro. Falam: “Nossa, um é violento e o outro também”. Nós temos a tradição de mudar o nome da violência que utilizamos: chamamos de uso da força. Eu sou contra isso, pois acho que atrapalha na hora de explicar que você não prende um vagabundo com palavras doces. Você tem, sim, o direito de dar um soco nele, de dar um chute nele, de agarrá-lo pelo pescoço e, se for necessário, dar-lhe um tiro. Porque se é para alguém morrer, eu prefiro o vagabundo, e não o policial.

Infelizmente, há uma certa casta de políticos aqui dentro que gosta de questionar toda vez que tomba um bandido na rua: “Algum policial se machucou?”. Parece que é obrigado que o policial vá para a rua para tombar ferido, para se machucar na hora de prender um bandido. E não existe como uma sociedade prosperar sem valorizar o sacrifício dos seus heróis. Eu não aceito que falem que o policial militar é só mais um servidor público. Não! A sociedade brasileira nunca vai melhorar enquanto nós não fizermos como se faz nos Estados Unidos. Este é o meu sonho para a Polícia Militar e para as forças de segurança pública neste país, ou seja, que a nossa sociedade olhe e fale: “Esse servidor da segurança pública é o único juramentado a, se necessário for, sacrificar a própria vida na defesa da sociedade”.

E muitos tombam, nesse momento, para defender a sociedade. Quantos saem de casa todos os dias e dizem, ao beijar o pai, ao beijar a mãe, ao beijar os filhos: “Olha, eu não sei se eu vou voltar”. Esse é o preço da profissão policial militar, é o preço da

entrega, é o preço do heroísmo, é o preço de colocar a sua própria vida em risco. Para quê? Para servir e proteger. Então eu me vejo neste momento como suspeito por ser cabo da Polícia Militar, porque o que eu estou falando independe completamente do cargo que ocupo. Estou falando com a pura consciência. Os policiais militares são heróis do nosso país. E a única linha que impede que o crime domine este País se chama Polícia Militar – claro que também as demais forças de segurança pública, mas dou ênfase à polícia por ter o maior efetivo e, no caso, à Polícia Militar de Minas Gerais em específico, por ter a maior história em termos de polícias do Brasil.

Então, da minha parte, quero que todos os senhores e senhoras me vejam sempre como um servo. Estou aqui para dar voz a muitos que não podem tê-la, para questionar o fato de muitas vezes o policial ir prestar esclarecimento ao Poder Judiciário e algumas pessoas lhe perguntarem: “Por que você deu um tapa a mais no vagabundo? O que aconteceu? Tadinho do bandido!”. Mas não veem que muitas vezes esse policial que está lá é pai, vê o criminoso abusar de uma criança, abusar de uma mulher indefesa e tem que agir como se fosse um robô que não tem sentimento. Existe um homem. Existe uma mulher dentro da farda que merece respeito, que sacrifica a sua vida para poder exercer essa atividade tão nobre de servir e proteger.

Então, a todos os senhores e a todas as senhoras, na pessoa do Cel. Frederico, comandante-geral, uma pessoa que tem o meu respeito, eu deixo a minha continência e o meu respeito. E reafirmo: estou a total disposição de todos vocês. Que Deus abençoe a nossa Polícia Militar. Força e honra!

### **Entrega de Placa**

A locutora – Neste momento, o deputado Antonio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e o deputado Sargento Rodrigues farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Exmo. Sr. Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais. A placa contém os seguintes dizeres: “Criado em 9 de junho de 1775, ainda no Brasil Colonial, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas foi o embrião da Polícia Militar de Minas Gerais. Ao longo de sua existência secular, a corporação passou por sucessivos momentos marcantes na história do País, sempre honrando seu compromisso com a ordem pública e a segurança da população. Entretanto, seus sólidos princípios não a impediram de se adequar às mudanças da sociedade no decorrer dos anos. Um exemplo disso são as diversas adaptações nas modalidades de policiamento, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Outro marco importante surgiu com o advento da Constituição de 1988: a incorporação gradual da cultura cidadã pelas polícias militares brasileiras, com maior participação das pessoas e ênfase na responsabilidade social. Ao completar 250 anos, a Polícia Militar de Minas Gerais recebe justa homenagem do Legislativo Mineiro por seu papel primordial na construção de um estado mais justo e seguro para todos.”.

– Procede-se à entrega da placa.

### **Palavras do Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia**

Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, a quem desde já agradeço a homenagem; Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem à nossa gloriosa Polícia Militar, em razão das comemorações dos nossos 250 anos; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; Exmo. Sr. Defensor Público Luís Ernesto da Silva Soares, representando a defensora pública-geral Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; Exmo. Sr. Maj. Arthur Oliveira Barbosa, representando o comandante da 4ª Região Militar, Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa; Exmo. Sr. CF Roberto Alves, representando o capitão dos Portos de Minas Gerais, Comte. Alessandro Lima; Exma. Sra. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, minha estimada amiga Cel. Jordana Daldegan; Exmo. Sr. Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais, Cel. Paulo Roberto Bermudes Rezende – obrigado, amigo; Exmo. Sr. Vereador Sargento Jalyson, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Professor Juliano Lopes; Exmo. Sr. Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Júlio César Lorens, representando o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça Militar

de Minas Gerais, desembargador Jadir Silva; Exmo. Sr. Secretário de Estado de Casa Civil de Minas Gerais, meu estimado amigo Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves; Exmo. Sr. Presidente do Sebrae-MG e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, Marcelo de Souza e Silva, minhas saudações.

De forma muito especial, gostaria de cumprimentar todos os nossos policiais militares, ativos e veteranos presentes nesta Casa. Esta homenagem é para os senhores e as senhoras, e eu pretendo, na minha fala, representá-los. Senhoras e senhores, boa noite.

É com muita honra e apreço que, estando comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, no momento em que celebramos os seus 250 anos de serviços prestados ao povo mineiro, ocupo esta distinta tribuna, prestando inicialmente os meus sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa de seu presidente, deputado Tadeu Martins Leite, por abrir as portas desta Casa para celebrar conosco este momento histórico.

Esta homenagem fortalece os laços entre o povo de Minas Gerais, o Poder Legislativo e a nossa corporação, e reafirma a importância da união entre as instituições em prol da paz social e da segurança pública. Esta sessão solene, realizada por requerimento do deputado Sargento Rodrigues, a quem desde já agradeço, representa não apenas um gesto de reconhecimento, mas também de respeito e admiração à trajetória da Polícia Militar mineira, instituição cuja história e tradições se confundem com as memórias e a cultura do nosso povo.

Ressalto o importante papel desta Casa, que, através do diálogo, do respeito mútuo e da construção de consensos, se soma aos esforços do governo do Estado na consolidação de políticas públicas em prol dos mineiros, com especial destaque para as pautas da segurança. É aqui, neste Plenário, que os senhores deputados e deputadas discutem com os demais atores os avanços legislativos que visam regular as práticas sociais com o objetivo de promover a paz, a tranquilidade e a segurança em todo o território de Minas Gerais.

Aproveito também para registrar nossa gratidão às autoridades, aos parceiros institucionais e aos colaboradores da PMMG que nos honram com suas presenças neste evento. São alianças como essas, firmadas no respeito mútuo, na confiança e no compromisso com o bem comum, que potencializam a nossa capacidade de servir e de proteger com excelência.

Ao longo deste 1/4 de milênio, a PMMG esteve presente nos momentos mais relevantes da vida do povo mineiro. Fundada em 9/6/1775, por meio do Regimento Regular de Cavalaria, que leva o nome de nosso patrono, o alferes Tiradentes, ainda sob o Brasil colonial, a nossa corporação evoluiu, transformou-se e, ao longo dos tempos, consolidou-se como uma das mais respeitadas instituições de segurança pública do País, sendo símbolo de compromisso, disciplina e dedicação à sociedade mineira. A segurança pública é a principal pauta do povo brasileiro e, em Minas Gerais, tal tema tem tido especial atenção.

Para atender aos anseios sociais, a Polícia Militar de Minas Gerais se encontra presente nos seus 853 municípios, 24 horas por dia e sete dias por semana, a serviço do povo mineiro. Com o foco no policiamento comunitário e no atendimento ao cidadão, a instituição avança como pioneira na construção das mais modernas doutrinas em segurança pública do Brasil. De forma integrada e colaborativa com os demais órgãos e Poderes do Estado, a Polícia Militar segue firme na defesa das divisas do Estado e no enfrentamento àqueles que tentam sucumbir às leis, à ordem e à paz de nossa gente.

Dessa forma, não poderia deixar de compartilhar esta homenagem com quem, de fato, a merece, quer seja todos os homens e mulheres que envergam a farda da gloriosa milícia de Tiradentes, nossa segunda pele. Esses são os verdadeiros heróis, os heróis da vida real, que, ao longo desses 250 anos, construíram a história da nossa corporação, deixando seus lares, suas famílias para defenderem quem ao menos conhecem. E, particularmente, entendo que isso é muito mais que uma missão: é propósito de Deus. A cada soldado, cabo, sargento oficial, veterano ou da ativa, e também aos nossos servidores civis, vivos ou tombados, a nossa mais profunda reverência por tudo o que fizeram e fazem pelo nosso estado, servindo à melhor Polícia Militar deste Brasil. Aos familiares que sustentam e apoiam cada policial militar, o nosso respeito e agradecimento por serem o nosso alicerce, por compartilharem as alegrias e as tristezas, por viverem esse propósito conosco. À sociedade mineira e a este Parlamento, agradecemos a confiança e a

deferência. Saibam que ações como essas a nós ofertadas nos impulsionam a sermos ainda melhores no que nos propusemos a fazer, ou seja, servir e proteger o povo mineiro.

Por tudo isso, reafirmamos o nosso compromisso com Minas Gerais, com a obediência aos princípios constitucionais, à soberania do Parlamento e ao Estado Democrático de Direito. Continuaremos servindo, protegendo e honrando a confiança depositada em nós todos os dias.

Não poderia também deixar de destacar e parabenizar o papel desta Casa na defesa dos interesses do povo mineiro. Que essas ações que norteiam a função dos senhores e das senhoras, deputados e deputadas – legislar, fiscalizar e representar – continuem sendo exercidas com esmero, comprometimento e seriedade, assim como tem sido feito. Além disso, que as funções inerentes à nossa PMMG – prevenir, preservar e reprimir – possam, cada vez mais, se complementar às desta Casa e que as nossas instituições – a ALMG e a PMMG – possam continuar servindo o povo mineiro de forma digna e honrada, pois, respeitadas as competências de cada uma, e apesar de Minas serem muitas, somos todos representantes gerais, somos todos mineiros, somos todos por Minas Gerais.

Por fim, celebrar 250 anos não é apenas reverenciar o passado, mas também é projetar com sabedoria o futuro. Que esta data simbólica inspire, portanto, novas gerações de policiais militares a seguirem esse legado de coragem, honra e serviço. Que assim possamos ser, por mais 250 anos, a força do povo mineiro, a presença que protege. Muito obrigado. Que todos tenham uma abençoada noite.

#### **Palavras do Presidente**

Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, caro amigo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; o deputado Bruno Engler e o deputado Caporezzo, que são grandes defensores da nossa gloriosa Polícia Militar; o Exmo. Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia, em cuja pessoa cumprimento todos os militares presentes; o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; o defensor público Dr. Luís Ernesto da Silva Soares; o Exmo. Sr. Maj. Arthur Oliveira Barbosa, representante do comandante da 4ª Região Militar, o Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa; o CF Roberto Alves, representando o capitão dos Portos de Minas Gerais, o Comte. Alessandro Lima; a Exma. Sra. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, Cel. Jordana Daldegan; o Exmo. Sr. Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador-Geral de Defesa Civil de Minas Gerais, Cel. Paulo Roberto Bermudes Rezende; o vereador Sargento Jalyson, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Professor Juliano Lopes; o Exmo. Sr. Vice-Presidente e Corregedor-Geral Eleitoral do Tribunal Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Júlio César Lorens, representando o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, desembargador Jadir Silva; o Dr. Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves, secretário de Estado de Casa Civil de Minas Gerais; o presidente do Sebrae-MG e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, o nosso presidente Dr. Marcelo de Souza e Silva. Enfim, quero cumprimentar todos que estão nos assistindo também pela TV Assembleia.

Quero dizer da nossa satisfação, nestes mais de vinte anos na Assembleia, de poder presidir muitas homenagens. Deputado Sargento Rodrigues, confesso que esta é para mim a homenagem mais importante. Estou muito honrado de poder estar representando o nosso presidente e também todos os parlamentares desta Casa. (–Lê:)

“A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, a mais antiga do País, é admirada em todo o território nacional. Essa corporação é um modelo de excelência não apenas em matéria de segurança, mas também em cidadania, solidariedade e compromisso com o Estado Democrático de Direito. Seus valores fundamentais de honra, disciplina, dedicação se concretizam no empenho incansável de servir à sociedade, zelando pelo cumprimento da lei e do direito, assegurando a manutenção da paz e da ordem pública. Nessa sua dedicação diuturna, a Polícia Militar do nosso estado segue rigorosos parâmetros éticos e mantém um elevado padrão técnico. Merece destaque, nesse sentido, a busca permanente pelos mais altos índices de satisfação da sociedade com os serviços da corporação.

Vale ressaltar também a importância que a Polícia Militar mineira atribui ao uso das mais modernas tecnologias disponíveis, bem como às ações de treinamento que forjam profissionais altamente capacitados e motivados, sensíveis aos anseios da população, aptos e dispostos a cumprir o seu dever.

Nesta data emblemática em que festejamos a trajetória da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, somos convocados a rememorar o legado de seu heroico patrono, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, imortalizado pela história como o Tiradentes. Seu exemplo de honradez e bravura ressoa em suas palavras eternas: 'Mil vidas eu tivesse, mil vidas eu daria para a libertação da nossa pátria'. Do mesmo modo, seu chamamento à grandeza continua a nos guiar em nosso empenho cotidiano. Se todos quisermos, poderemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la. Sob essa inspiração, reafirmamos nosso sincero desejo de que a soma de esforços entre os poderes do Estado, a Polícia Militar e a sociedade mineira possa de se traduzir, cada vez mais, em paz, segurança e bem-estar para todas as mineiras e todos os mineiros.

Hoje, ao prestarmos, em nome do Parlamento mineiro, esta homenagem à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, pelos seus 250 anos de existência, manifestamos nosso agradecimento a essa valorosa corporação por sua inestimável contribuição para a grandeza da nossa terra e da nossa gente. Reiteramos, nesta ocasião solene, os nossos votos do mais pleno sucesso a todo o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais no exercício de sua nobre missão hoje e sempre.” Essas são as palavras do nosso presidente desta Casa, Tadeu Martins Leite.

Queria complementar também, em função da minha admiração, das nossas parcerias e do respeito que tenho pela Polícia Militar, dizendo que fui prefeito por três mandatos e convivi muito com a polícia. Fui diretor da Prefeitura de São Sebastião do Paraíso. Da mesma forma, só tenho boas lembranças, bons trabalhos juntos e boas parcerias.

Foi essa gloriosa Polícia Militar que, há poucos anos atrás, Cel. Fausto, com muita bravura, lá na cidade de Varginha, evitou um dos maiores roubos, um dos maiores assaltos àquela cidade. Seria uma grande tragédia. Foi graças à nossa Polícia Militar que ali ficaram vinte e cinco homens que não tiveram os seus planos concretizados. Foi graças a essa Polícia Militar. Foi pela nossa gloriosa Polícia Militar que, na cidade de Arceburgo, numa madrugada de sábado para domingo, também numa intervenção forte, com a inteligência da polícia, da mesma forma, quatro bandidos ficaram estendidos no chão. Ali haveria também uma grande tragédia. Houve uma ação dessa gloriosa Polícia Militar na minha pequena cidade de Jacuí, numa noite fria, com tiro para todo o lado no banco e também no quartel da polícia, onde havia apenas dois policiais. O policial Bernardes – confesso que acho que esse policial não tinha muito juízo – saiu pelos fundos, com o seu parceiro, e foi para a saída da cidade. O nome dele me fugiu, não é Bernardes, me deu um branco agora. Pelas câmeras que este deputado viabilizou para a cidade, foi vista a hora em que os 16 bandidos estavam saindo da cidade. Era bala para todo lado. Coragem! Eram dois policiais apenas. Um bandido ficou... Atirou e acertou. No outro dia havia uma caminhonete perdida numa fazenda e um bandido morto. Ali descobriram uma grande quadrilha do PCC de São Paulo que fazia roubo a bancos. Aqueles dois policiais militares... Isso nos enche de orgulho, porque não apenas ali frustraram aquela ação dos bandidos. A partir dali cessou essa ação na região. Não eram poucos os roubos a bancos por ali. Era uma quadrilha da região. Inclusive um bandido era da minha cidade, era um político. Essa é a gloriosa Polícia Militar. Há tantos, tantos e tantos outros exemplos que nós vemos no dia a dia.

Eu quero mandar o meu reconhecimento, o meu carinho ao Cel. Trajano, lá da nossa regional de Poços de Caldas. Estão sob o seu comando 55 cidades. O Cel. Ladeira faz um belíssimo trabalho, assim como o Cel. Afrânio, que está lá na minha querida São Sebastião do Paraíso e comanda várias cidades, o Cel. Célio, lá na região de Poços de Caldas, e a Cel. Bianca, lá na região de Varginha. São pessoas com quem a gente convive e conversa toda semana sobre grandes projetos, grandes desafios da nossa polícia.

Inclusive eu lancei um desafio ao Cel. Trajano. Nós sabemos da limitação no número de policiais, e dificilmente haverá aumentos significativos. Mas a tecnologia chegou, e nós lançamos um desafio ao Cel. Trajano, que, junto ao Cel. Ladeira, já montaram um projeto, Sargento Rodrigues. Com as bênçãos do nosso Cel. Frederico e do Cel. Maurício, se Deus quiser, nós vamos

monitorar de forma integrada essas 55 cidades. Agora a regional de Varginha, com a Cel. Bianca, já se animou também, assim como a regional de Poços de Caldas, com o Cel. Célio, e a regional de Passos, com o Cel. Ladeira. Se Deus quiser, aquela região... Aí, Cel. Frederico, eu lanço esse desafio bancado pela iniciativa privada, por cooperativas, por grandes empresas. Nós faremos essa ponte. Precisamos viabilizar isso tecnicamente e sabemos que é possível monitorar não só o nosso Sul de Minas, não só o nosso Sudoeste, mas o Centro-Oeste, o Noroeste, o Norte, a Zona da Mata e todo o nosso estado. Isso é possível. Eu acredito nisso porque acredito nessa nossa gloriosa Polícia Militar. Muito obrigado.

A locutora – Após o encerramento regimental, ouviremos o sexteto de cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, que apresentará as seguintes músicas: *Maria, Maria*, de Milton Nascimento; *Bola de meia, bola de gude*, de Milton Nascimento; e *Nada será como antes*, de Beto Guedes e Milton Nascimento.

O presidente – Eu não poderia deixar de falar que lembrei o nome do bravo policial militar de Jacuí: Domingues. Então, Domingues, que Deus o abençoe! Você realmente é um grande herói, bem como o seu companheiro que também o ajudou.

Muito obrigado a todos e que Deus abençoe a nossa gloriosa Polícia Militar. Parabéns pelos 250 anos!

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, a gente não estava com as nominatas ali, então mais uma vez aproveito a oportunidade para agradecer a presença do nosso líder do PL, o deputado Bruno Engler, de quem temos orgulho por estar aqui conosco, e também para registrar a presença do nosso amigo deputado Caporezzo. Muito obrigado, viu? Obrigado, presidente.

#### Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 3 de junho, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/5/2025

Às 15h12min, comparecem à reunião os deputados Thiago Cota, Celinho Sintrocel e Zé Guilherme (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, recebidos pelo Fale com as Comissões, das Sras. Tatiane Maria dos Reis, solicitando atuação fiscalizatória desta Casa sobre o transporte metropolitano, especialmente as linhas 7110, 7120, 7130, 7150 e 7900; e Maria Eduarda Andrade Mendonça, solicitando informações acerca de proposta de comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de descumprimento do contrato de concessão do transporte coletivo intermunicipal na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e dos Srs. Leandro Henrique de Carvalho Honório, informando que a falta de infraestrutura fluvial e pluvial tem ocasionado inundações no Município de Perdões; e Nilton Cesar Martins, informando alto índice de acidentes no trânsito urbano do Município de Monte Carmelo. Comunica também o recebimento de ofício do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 24/4/2025. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.182/2023, no 1º turno (Delegada Sheila); 3.022/2024, em turno único (Rafael Martins); 440/2019 (parecer sobre emenda), no 1º turno, e 3.021/2024, em turno único (Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Substitutivo nº 3 ao Projeto de Lei nº 440/2019, apresentado em Plenário (relator: deputado Thiago Cota), é recebida a Proposta de Emenda nº 1, de

autoria do deputado Ricardo Campos. Após votação, é aprovado o parecer e rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.315/2025. Após discussão e votação, também é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.023/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.996/2025, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja supervisionada a situação da frota da Viação Exdil, empresa que promove o transporte intermunicipal de passageiros, sobretudo na região Centro-Oeste do Estado, tendo em vista a informação recebida de que vários ônibus estão em situação precária a ponto de colocar em risco a vida dos passageiros e dos motoristas;

nº 14.090/2025, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jesus Dias Duarte, o Gallego Resenha, pelo trabalho desenvolvido e serviços prestados ao *Jornal Resenha RMVA* e ao Museu Resenha;

nº 14.097/2025, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para urgente recuperação e manutenção da Rodovia MG-497, no trecho que liga os Municípios de Campina Verde e Iturama, com especial atenção ao Km 213, nas proximidades do Distrito de Honorópolis, onde a precariedade da infraestrutura tem gerado transtornos significativos à população local e aos motoristas que utilizam a via;

nº 14.111/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para instalação de um radar de controle de velocidade na Rodovia MG-464, nas proximidades do Cristo Redentor, ponto de entrada e saída do Município de Conquista, bem como para adequação e manutenção das lombadas próximas ao trevo de entrada do referido município;

nº 14.186/2025, do deputado Thiago Cota, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte pedido de providências para realização de ações e obras, em caráter de urgência, para remoção de lixo e descartes de restos de material reciclável, resíduos irregularmente depositados sobre as vias e calçadas de Belo Horizonte, precisamente na área hospitalar e escolar do Bairro Santa Efigênia, no entorno da Av. Pasteur com a Praça João Pessoa, e avenidas adjacentes, como a Bernardo Monteiro e Carandaí, o que dificulta o trânsito regular de pessoas, mercadorias e veículos, inclusive ambulâncias carros do corpo de bombeiros, e contribui para a proliferação de roedores e animais peçonhentos; e seja enviado aos referidos órgãos o registro fotográfico que documenta o problema relatado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Ione Pinheiro, presidente.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025**

Às 10h3min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Gil Pereira e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Bim da Ambulância, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura

da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.245/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Invest Minas pedido de providências para a realização de estudo técnico sobre as áreas do Estado com maior potencial para implantação de projetos de hidrogênio verde, considerando disponibilidade hídrica, infraestrutura logística e presença de fontes renováveis;

nº 14.246/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à diretora de distribuição da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o cronograma atualizado de manutenção preventiva e corretiva nas redes de distribuição de energia em áreas urbanas e rurais do interior do Estado; a relação de municípios com maior incidência de interrupções no fornecimento nos últimos 12 meses; e as providências adotadas para reduzir o tempo médio de restabelecimento do serviço.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2025.

Gil Pereira, presidente – Noraldino Júnior – Beatriz Cerqueira.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025**

Às 10h13min, comparecem à reunião os deputados Leleco Pimentel, Mauro Tramonte e Marquinho Lemos (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Comissão de Direitos Humanos, convidando para a audiência pública a realizar-se no dia 22/5/2025, quinta-feira, às 15h30min, para debater as condições que garantem a dignidade e a eficácia dos direitos fundamentais das pessoas que trabalham como entregadoras de aplicativo. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério da Fazenda (um ofício em 15/5/2025); do Ministério das Cidades (um ofício em 7/3/2025); da Advocacia-Geral do Estado (um ofício em 3/4/2025); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 3/4/2025); da Agência Nacional de Transportes Terrestres (um ofício em 15/5/2025); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 26/3/2025); do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (um ofício em 15/5/2025); da Agência Nacional de Saúde Suplementar (um ofício em 15/5/2025); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 7/5/2025) e da Companhia Energética de Minas Gerais (quatro ofícios em 1º/5/2025 e um ofício em 9/5/2025). A presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.383/2021, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Betão. Registra-se a presença do deputado Celinho Sintrocel, que assume a presidência da comissão, e a retirada do deputado Marquinho Lemos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.120/2024 e 3.271/2025 (relator: deputado Betão), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.385/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.908/2024. Passa-se à 3ª

Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.098/2025, do deputado Leleco Pimentel e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, em Belo Horizonte, pedido de providências para reanálise dos recursos do processo de habilitação ao cargo de ouvidor-geral da Defensoria Pública, conforme Edital de Habilitação nº 1/2025, com possibilidade de complementação documental, considerando as lacunas e ambiguidades do referido edital;

nº 14.099/2025, do deputado Leleco Pimentel e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem sejam encaminhadas ao Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, ao Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas – CNODP –, à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, à coordenação da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD –, à Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares – Renap –, à Associação Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia – APD –, à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG –, ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB –, à Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional – Raesp – e à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, que teve por finalidade debater o Edital de Habilitação nº 1/2025, que dispõe sobre a habilitação ao cargo de ouvidor-geral da DPMG, visando assegurar a devida transparência e promover a ampla participação social na implementação do referido cargo, de notório interesse público para a população mineira;

nº 14.142/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – pedido de providências para que oriente seus funcionários no Estado sobre a Lei nº 24.508, de 2023, que equipara a pessoa com fibromialgia à pessoa com deficiência para todos os efeitos, inclusive os de saúde e previdenciários;

nº 14.234/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho, as relações salariais e a convenção coletiva de trabalho dos técnicos e tecnólogos em radiologia no Estado;

nº 14.239/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Previdência Social – MPS – pedido de providências para que promova imediatos mutirões de atendimentos físicos, fixos ou itinerantes aos fins de semana, para atendimento dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – que tiveram descontos indevidos em suas aposentadorias;

nº 14.251/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 3.738/2025, que autoriza a transferência da gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para a União e faz parte do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, para os trabalhadores da universidade.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2025.

Leleco Pimentel, presidente.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/5/2025**

Às 10h8min, comparece à reunião o deputado Adriano Alvarenga, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o atual momento vivido pelos distribuidores autorizados do sistema Coca-Cola e a sua associação em razão da saída do portfólio dos produtos Kaiser e Heineken e

do corte de distribuidores pela Femsas-Spal. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.479/2025, no 1º turno, do qual avocou a relatoria. Registra-se a presença do deputado Rafael Martins, substituindo o deputado Elismar Prado (por indicação da liderança do BMF). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Beatriz Quintana Novaes, advogada do escritório Hasson Sayeg, Novaes e Venturole Advogados (por videoconferência); e dos Srs. Thiago Ferraz Silveira Gato, advogado do escritório Silveira Gato Advocacia e Assessoria Jurídica; Cláudio Marcos Pires Lopes, sócio-gerente da empresa Silveira Gato Bebidas e Logística Ltda.; Sílvio Cláudio Silveira, prefeito municipal de Raul Soares; Marco Túlio Pinto Dias, advogado da Coca-Cola Femsas, representando o diretor comercial; e Adalberto Frias Leão, diretor-presidente da Associação dos Distribuidores Autorizados do Sistema da Coca-Cola e Cervejarias Kaiser do Brasil – Ascoka. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2025.

Carol Caram, presidente.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/6/2025, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/6/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre as gestões das Secretarias de Estado de Governo, de Casa Civil e de Comunicação Social, no 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo do Estado, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2025.

Adalclever Lopes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/6/2025, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.025/2024****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe visa dar a denominação de Viaduto Pedro dos Reis Souto ao viaduto no Km 580 da BR-135, no Município de Corinto.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em tela tem por finalidade dar a denominação de Pedro dos Reis Souto ao viaduto no Km 580 da BR-135, no Município de Corinto. A BR-135, embora possua denominação de rodovia federal, está sob jurisdição do Estado de Minas Gerais e atualmente está concedida à empresa Eco135, responsável por sua operação e exploração econômica pelos próximos 25 anos.

Antes de emitir seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Governo, para que informasse se existem óbices à tramitação da matéria, do ponto de vista da administração estadual. Em resposta, a secretaria enviou nota técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, por meio da qual o órgão se manifestou favoravelmente à pretensão da proposição em análise, uma vez que o próprio público que se pretende nomear está sob gestão estadual e não possui denominação oficial. De posse dessa manifestação e expondo os argumentos a ela concernentes, a referida comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

No que compete a esta comissão analisar, consideramos justa e meritória a homenagem a Pedro dos Reis Souto, falecido em 26/6/2009, que foi, de acordo com o autor, figura pública de grande relevância para o município.

**Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.025/2024, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2025.

Thiago Cota, relator.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/5/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Eloisa Helena Carvalho de Freitas Pereira, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

exonerando Isabela Caroline Ramos Batista Gonçalves, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Caporezzo;

exonerando José Henrique Carielo, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

exonerando, a partir de 1/6/2025, Lorena Cristina de Oliveira Pinto, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini;

exonerando Lucas Lino, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

exonerando Maria Luiza Rodrigues Gusmão, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos;

exonerando Maria Raimunda Pedroso de Almeida, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte;

nomeando Adelmo de Souza, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Alê Portela;

nomeando Ana Livia Vieira do Carmo Lapa, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Angelo Tadeu Viana Pereira Filho, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

nomeando Evanir Azevedo da Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos;

nomeando Isabela Macedo Rodrigues, padrão VL-38, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

nomeando João Batista do Nascimento, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

nomeando José Carlos Santos, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Oscar Teixeira;

nomeando José Henrique Carielo, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas em Frente;

nomeando Ricardo Aparecido Batista, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

nomeando Sandro José Mol Guimarães, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

## AVISO DE LICITAÇÃO

## Pregão Eletrônico

## Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 91/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 17/6/2025, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de cortinas, com instalação.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 20/2025**

**Número no Siad: 9469658**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: FHS Livros Ltda. Objeto: fornecimento de livros em formato impresso. Vigência: 12 meses contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP –, prorrogáveis na forma da lei. Licitação: dispensa de licitação (Cotação Eletrônica de Preços). Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.4.4.90.10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 61/2025**

**Número no Siad: 9447123-1**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig. Objeto do contrato: aquisição de café. Objeto do aditamento: revisão de preços, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – até 8/1/2026. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.